



Número: **0802618-65.2017.8.20.5106**

Classe: **PROCEDIMENTO SUMÁRIO**

Órgão julgador: **6ª Vara Cível da Comarca de Mossoró**

Última distribuição : **18/11/2017**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
MAURINA MARIA DE MENDONCA (AUTOR)	MARCELO VITOR JALES RODRIGUES (ADVOGADO) JERONIMO AZEVEDO BOLAO NETO (ADVOGADO)
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (RÉU)	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
93579 42	17/02/2017 16:01	MAURINA MARIA DE MENDONCA	Documento de Comprovação
93579 51	17/02/2017 16:01	PROCESSO ADM	Documento de Comprovação
95256 35	09/03/2017 15:34	Despacho	Despacho
95912 49	10/03/2017 10:17	Intimação	Intimação
97415 85	21/03/2017 15:07	JUNTADA CTPS - AUTORA DESEMPREGADA	Petição
11548 779	31/07/2017 07:15	Certidão	Certidão
11648 117	04/08/2017 14:33	Despacho	Despacho
11780 573	10/08/2017 13:47	Intimação	Intimação
17888 311	26/02/2018 10:03	Despacho	Despacho
22648 097	09/03/2018 09:20	Intimação	Intimação
22648 098	09/03/2018 09:20	Intimação	Intimação
24078 071	27/03/2018 15:24	Petição	Petição
24078 148	27/03/2018 15:24	maurina (1)	Documento de Comprovação
28032 190	24/06/2018 13:01	Despacho	Despacho
28478 678	28/06/2018 15:19	Intimação	Intimação
34327 704	31/10/2018 08:49	Certidão	Certidão
34336 719	31/10/2018 11:47	Despacho	Despacho

CONTRATO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

CONTRANTE:

Maurina Maria de Mendonça, brasileira, RG nº 672.554, CPF nº 358.271.574-49, residente e domiciliada à Rua das Algas Marinhas, nº 30, Dom Jaime Câmara, Mossoró-RN.

CONTRATADOS: JERÔNIMO AZEVEDO B. NETO, OAB/RN nº 12.096; e THALES JOSÉ RÊGO DOS SANTOS, OAB/RN nº 11.500, MARCELO VITOR JALES RODRIGUES, OAB/RN nº 9.731, com endereço profissional constante na nota de rodapé.

As partes acima qualificadas, por este instrumento particular convencionam e contratam o seguinte:

1) Os Contratados se obrigam a prestarem ao Contratante os seguintes serviços profissionais: AJUIZAMENTO DE AÇÃO DE COBRANÇA – SEGURO DPVAT;

2) O contratante se compromete a pagar por tais serviços a **quantia de 30%** sobre o resultado econômico da demanda, inclusive os recebidos em caráter liminar e a qualquer outro título;

3) Os honorários ora pactuados compreendem o patrocínio das causas e os recursos utilizáveis, inclusive sustentação oral até o encerramento da demanda no âmbito Estadual, com a exclusão de interposição de defesa em Recursos para os Tribunais de Brasília;

4) Os honorários Advocatícios aqui fixados são líquidos, sendo de responsabilidade da Contratante os impostos incidentes.

5) O Contratante obriga-se a fornecer às Contratadas todos os recursos pecuniários que forem necessários para pagamento de custas judiciais, periciais, contadores, emolumentos e diligências, assim como os documentos e informações solicitadas pelas Contratadas a fim de não prejudicar o bom andamento da causa ou da cobrança.

Parágrafo Único: As Contratadas não poderão ser responsabilizadas no caso do Contratante sofrer algum prejuízo processual em virtude da demora no envio dos recursos necessários para o andamento do processo ou da cobrança.

6) Fica eleito o Foro da Comarca de Mossoró-RN para dirimir quaisquer questões judiciais resultantes deste contrato renunciando as partes Contratantes a qualquer outro por mais privilegiado que seja, obrigando-se as partes por si herdeiros e sucessores.

Mossoró-RN, 24 de Fevereiro de 2015.

JERÔNIMO AZEVEDO B. NETO
CONTRATADO

Maurina Maria de Mendonça
CONTRATANTE

THALES JOSÉ R. DOS SANTOS
CONTRATADO

TESTEMUNHA1:

TESTEMUNHA2:

1/1

- Mossoró [Sede]: Rua José Otávio, 123, Centro, Mossoró/RN, CEP: 59.600-157, Fone: (84) 3317-4051/3314-0826/3316-2537
- Parnamirim (Filial): Av. Brigadeiro Everaldo Breves, 246, 1º Andar, Centro, Parnamirim/RN, CEP: 59.140-200.
- <http://www.juridicaadvocacia.com.br>

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE:

Maurina Maria de Mendonça, brasileira, RG nº 678.551, CPF nº 358.271.574-49, residente e domiciliada à Rua das Algas Marinhas, nº 80, Dom Jaime Camara, Mossoró-RN.

OUTORGADO: MARCELO VITOR JALES RODRIGUES, brasileiro, solteiro, OAB/RN nº 9.732; THALES JOSÉ RÊGO DOS SANTOS, brasileiro, solteiro, OAB/RN nº 11.500; JERÔNIMO AZEVEDO BOLÃO NETO, brasileiro, solteiro, OAB/RN sob o nº 12.096; todos com escritório à Rua José Otávio, nº 123, Centro, Mossoró/RN.

PODERES: amplos e ilimitados poderes, para o foro em geral, com a cláusula "ad judicium" e "extra" a fim de agindo em conjunto ou separadamente, possam defender os interesses e direitos do(s) outorgante(s) perante qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, repartição pública, autarquia ou entidade paraestatal, propondo ação competente em que o(s) outorgante(s) seja(m) autor(es) ou reclamante(s), e defendendo-o(s) quando for(em) réu(s), interessado(s) ou requerido(s), podendo reclamar, conciliar, desistir, transigir, fazer acordo, recorrer, receber alvará e dar quitação, confessar, renunciar, poderes especiais para requerer falência, inventário ou arrolamento, firmar compromisso, prestar declaração, bem como substabelecer a presente, com ou sem reservas de poderes, se assim lhe(s) convier, e praticando todos os atos necessários para o bom e fiel desempenho deste mandato, dando tudo por bom, firme e valioso. Inclusive, interpor Mandado de Segurança.

Mossoró/RN, 19 de Novembro de 2015.

Maurina Maria de Mendonça
OUTORGANTE

- Mossoró (Sede): Rua José Otávio, 123, Centro, Mossoró/RN, CEP: 59.600-157, Fone: (84) 3317-4051/3314-0826/3316-2537
- Parnamirim (Filial): Av. Brigadeiro Everaldo Breves, 246, 1º Andar, Centro, Parnamirim/RN, CEP: 59.140-200.
- <http://www.juridicaadvocacia.com.br>

DECLARACAO DE POBREZA

DECLARANTE:

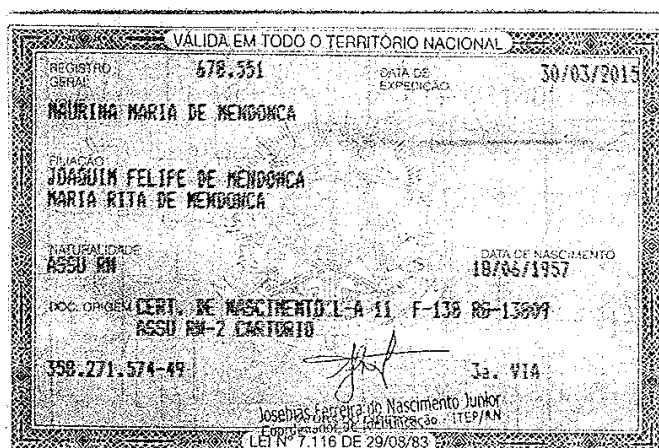
Maurina Maria de Mendonça, brasileira, RG nº 678.551, CPF nº 358.271.574-49, residente e domiciliada à Rua das Algas Marinhas, nº 30, Dom Jaime Camara, Mossoró - RN.

DECLARA NOS TERMOS DA LEI 1060/50, QUE É POBRE NA FORMA DESTA LEI, NÃO DISPONDO DE MEIOS QUE POSSIBILITEM CUSTEAR AS DESPESAS DA PRESENTE DEMANDA.

Mossoró/RN, 19 de Novembro de 2015.

Maurina Maria de Mendonça
DECLARANTE

- Mossoró (Sede): Rua José Otávio, 123, Centro, Mossoró/RN, CEP: 59.600-157, Fone: (84) 3317-4051/3314-0826/3316-2537
- Parnamirim (Filial): Av. Brigadeiro Everaldo Breves, 246, 1º Andar, Centro, Parnamirim/RN, CEP: 59.140-200.
- <http://www.juridicaadvocacia.com.br>



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA SAÚDE

AGO-2013

Num. 9357942 - Pág. 6

Em 28/05/2015 18:20:40

Dados do Veículo de placa OWF3527

Placa	Renavam	Placa Anterior	Tipo	Categoria	Espécie	Lugares
OWF3527	1018816493	OWF3527/RN	3-MOTONETA	1-Particular	1-Passageiro	2
Marca/Modelo	Fabricação/Modelo	Potência	Combustível	Cor	Carroceria	
2006-HONDA/BIZ 125 ES (Nacional)	2014/2015	0	16-Alcool-Gasol	11-PRETA	999-NAO APLICAVEL	
Nome do Proprietário				Recadastrado DETRAN		
MARINA MARIA DE MENDONÇA				DetranNet		
Proprietário Anterior				Situação Lacre		
ARARIPE VEICULOS LTDA				REGULAR Portaria 272/2007		
Município de Emplacamento				Adquirido em		
MOSSORO				24/09/2014		
Licenciado até				Situação		
2014 em 25/09/2014 através do Registro de Veículo (CRV)				Em Circulação		
(Via 1)				Carnê de Licenciamento 2015		
Revisão a Venda				Gerado em 16/03/2015 às 20:49 hs.		

Sem gravame

Informação: PENDENTES oriundas das finanças via SNG - Sistema Nacional de Gravame

Nenhuma informação pendente até esta data

Impedimentos

Nenhum impedimento registrado até esta data

Listagem de Débitos

Clique (Clique abaixo para a emissão da GUIA)

	Número da Guia	Vencimento	Valor Nominal(R\$)	Valor Atual(R\$)
Encargamento Anual 2015	1224062.004.0-9	06/05/2015	60,00	64,56
Seguro DPVAT (Parcela Unica) 2015	9.00069471444	08/06/2015	292,01*	292,01*
Seguro DPVAT (1a. Parcela) 2015	9.00069471445	08/06/2015	99,16	99,16
Seguro DPVAT (2a. Parcela) 2015	9.00069471446	07/07/2015	99,16	99,16
Seguro DPVAT (3a. Parcela) 2015	9.00069471447	05/08/2015	99,16	99,16
IPVA (Cota Unica) 2015	1224062.006.0-3	08/06/2015	116,36*	116,36*
IPVA (1a. Cota) 2015	1224062.006.1-1	08/06/2015	40,83	40,83
IPVA (2a. Cota) 2015	1224062.006.2-1	07/07/2015	40,83	40,83
IPVA (3a. Cota) 2015	1224062.006.3-8	05/08/2015	40,82	40,82
Total dos Débitos			R\$ 479,96	R\$ 484,52

* Não contabilizado no total

Taxas Detran	Seguro DPVAT	IPVA	Multas
6,15	292,01	122,48	0,00

Licença em Atuação

Placa	Auto	Descrição	Local/Complemento
OWF3527	000100-T062520431-5010	DIRIGIR SEM POSSUIR CNH OU PERMISSÃO PARA DIRIGIR	BR-110 KM-48 UF-RN
		Em aberto Em MOSSORO no dia 28/02/2015 às 11h22min	
OWF3527	000100-T062886444-5991	EXECUTAR OPERAÇÃO DE RETORNO LOCAIS PROIBIDOS/SINALIZAÇÃO	BR-110 KM-48 UF-RN
		Em aberto Em MOSSORO no dia 28/02/2015 às 11h22min	

Listagem de Multas

Nenhuma multa em aberto cadastrada para este veículo até o momento.

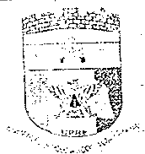
Processo	Ingressado	Início em
40028616/2014	91312094400	25/09/2014 às 08h29min
Descrição		Final em
Encerrado		25/09/2014 às 09h36min
Serviço		Execução em
Primeiro Emplacamento		Em 25/09/2014 às 08h29min por 58348670491
Geração de guia de pagamento		Em 25/09/2014 às 08h29min por 58348670491
Atuação		Em 25/09/2014 às 09h36min por 08056034412
Emissão CRV (1ª via)		Em 25/09/2014 às 09h37min por 06963802424

Curso de Infração

Nenhuma Processo de Recurso de Infração cadastrado para este veículo até o momento.

Não Possui valor como
NADA CONSTA!

01/01/15



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA SOCIAL
POLÍCIA MILITAR
COMANDO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA ESTADUAL
2º DISTRITO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA ESTADUAL
SETOR DE TRÁFEGO

VISTO

Júlio Cesar de Oliveira Soares
1º Tenente PM
Matr: 19417-1 - RG: 46172

DECLARAÇÃO Nº. 05.058-2015

- 1) REFERÊNCIA: Presença física de Maurina Maria de Mendonça declarante.
LOCAL DO SINISTRO: Rua Antonio Bento (próximo à "Linha de Névoa" Viagem) -
Tela Câmara, Mossoró/RN.
DATA: 26/02/2015; HORA: 19h40min.
- 2) VÍTIMA:
CONDUTOR: Maurina Maria de Mendonça CPF: 355.271.284-49 RG: 495.151.
- 3) CARACTERÍSTICAS DO VEÍCULO (V-1):
MARCA: HONDA MODELO: BIZ 125 ES PLACA: QWF3527 ANO: 2014 COR: PRETA.
CHASSI: 9C8J04820F805113 PROPRIETÁRIO: Maurina Maria de Mendonça.
- 4) AGENTE RESPONSÁVEL:
1º Tenente PM, RG: 16.176, JULIO CESAR DE OLIVEIRA SOARES, Matr: 19417-1.

Declaro para os devidos fins que se fizerem necessários aos autos.
Maurina Maria de Mendonça acima qualificada no dia 06/05/2015 às 19h40min.
compareceu a sede do 2º DPRE onde a mesma alega que no dia 26/02/2015
às 19h40min vinha no citado veículo no endereço acima mencionado
quando ao reduzir para realizar uma conversão, um veículo não identificado colidiu
na traseira da declarante que veio a cair, com o impacto sofreu várias lesões e
foi levada ao hospital por um popular.

Obs.: As informações do documento têm como base a declaração da
última declarante, a confirmação das testemunhas acima nomeadas e o
procuratório de atendimento hospitalar número 91276 emitido pela UVA LACERDA
VASCONCELOS MATA.

"As informações contidas na narrativa do declarante são de sua
inteira responsabilidade, sob pena de responder pelos crimes dos Artigos 299
(Falsidade Ideológica) e o 342 (Falso testemunho) Fazer afirmação falsa, ou negar
ou calar a verdade como testemunha, perito, contador, tradutor ou intérprete em
processo judicial, ou administrativo, inquérito policial, ou em juízo arbitral do
Código Penal Brasileiro".

Mossoró/RN 06 de maio de 2015

Maurina Maria de Mendonça
Maurina Maria de Mendonça

TESTEMUNHAS:

Bárbara Nogueira de Souza
Bárbara Nogueira de Souza Pr: 412.595.514-66 (Testemunha)

Júlio Cesar de Oliveira Soares

1º Tenente PM

Matr: 19417-1 - RG: 46172
1º Ten PM Júlio Cesar - Chefe do Setor de Tráfego/2º DPRE



PREFEITURA MUNICIPAL DE
MOSSORÓ
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

RECEITUÁRIO

17 *Maurício Viana e Moura*

R.

LS.0 net

8. Dezembro 50 *16x*
torção 15p 818
re aer.

26 ou 18

Data: / / Assinatura e Carimbo
Rua Pedro Alves Cabral, 01 - Aeroporto - Fone: (84) 3315-4831 - Mossoró - RN



(/)



Buscar no site



A COMPANHIA ▾ SEGURO DPVAT ▾ PONTOS DE ATENDIMENTO (/Pages/Pontos-de-Atendimento-Autorizados.aspx) CENTRO DE DADOS E ESTATÍSTICAS ▾ SALA DE IMPRENSA ▾ TRABALHE CONOSCO ▾ CONTATO ▾

Seguro DPVAT

Acompanhe o Processo de Indenização

[Nova Consulta](#)

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados a uma seguradora autorizada do Seguro DPVAT. Após ser analisada, a documentação é disponibilizada para parecer final da Seguradora Líder-DPVAT, administradora do Seguro DPVAT. O prazo para emissão do parecer final é de 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.

SINISTRO 3150691256 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA MAURINA MARIA DE MENDONCA**COBERTURA** Invalidez**SEGURADORA RESPONSÁVEL PELO SINISTRO** ARUANA SEGUROS S/A #211**BENEFICIÁRIO** MAURINA MARIA DE MENDONCA**CPF/CNPJ:** 35827157449

Posição em 02-08-2016 13:31:14

Pedido de indenização negado conforme carta enviada ao beneficiário.

SINISTRO 3150560695 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA MAURINA MARIA DE MENDONCA

COBERTURA Invalidez

SEGURADORA RESPONSÁVEL PELO SINISTRO ARUANA SEGUROS S/A

BENEFICIÁRIO MAURINA MARIA DE MENDONCA

CPF/CNPJ: 35827157449

Posição em 02-08-2016 13:31:14

Pedido de indenização negado conforme carta enviada ao beneficiário.

ACESSIBILIDADE



(/Pages/Acessibilidade.aspx)



(/Pages/Atalhos-de-Teclado.aspx)

A A A

COMO PEDIR INDENIZAÇÃO



Documentos Despesas Médicas (/Pages/Documentacao-Despesas-Medicas.aspx)

Documentos Invalidez Permanente (/Pages/Documentacao-Invalidez-Permanente.aspx)

Documento Morte (/Pages/Documentacao-Morte.aspx)

Dicas Indispensáveis (/Pages/Dicas-Indispensaveis-Para-Pedir-a-Indenizacao.aspx)

PAGUE SEGURO



Como Pagar (/Pages/Pague-Seguro.aspx)

Consulta a Pagamentos Efetuados (/Pages/Consulta-a-Pagamentos-Efetutados.aspx)

Informações Gerais (/Pages/Informacoes-Gerais-Sobre-o-Pagamento.aspx)

ACOMPANHE O PROCESSO



Clique aqui para saber sobre o andamento do seu pedido de indenização.
(/Pages/Acompanhe-o-Processo-de-Indenizacao.aspx)



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

2ª Vara Cível da Comarca de Mossoró

Alameda das Carubeiras, 355, 3º Andar, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

Processo: 0802618-65.2017.8.20.5106

Ação: PROCEDIMENTO SUMÁRIO

AUTOR: MAURINA MARIA DE MENDONÇA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

INTIME-SE o(a) autor(a), através de seu (sua) patrono(a), para, no prazo de 15 (quinze) dias, colacionar aos autos cópia de seu último comprovante de rendimentos ou de sua última declaração fiscal, a fim de ser apreciado o pedido de gratuidade judiciária, sob pena de indeferimento do pleito, conforme autoriza o art. 99, §2º do CPC, ou não juntando, no mesmo prazo, providencie o adimplemento das custas processuais, sob pena de cancelamento na distribuição nos termos do art. 290, do CPC.

Havendo a juntada dos documentos acima solicitados, caso a renda do Demandante se enquadre nos requisitos legais da gratuidade judiciária – sendo o parâmetro o recebimento de renda mensal inferior a 03 salários mínimos -, fica desde já deferido o pedido de gratuidade, devendo a secretaria promover com os atos abaixo determinados.

Não obstante a previsão legal do art. 334 do novo CPC, que será observado em todos os seus termos, entendo prudente postergar a audiência de conciliação para momento posterior ao da perícia, uma vez que dificilmente ocorre acordo antes da sua realização, fazendo-se assim as adaptações no procedimento que conduzam à máxima efetividade dos atos processuais e a maior celeridade do processo a fim de que o direito material reconhecido seja protegido.

Desta forma, inclua-se o feito na pauta de audiência de conciliação, nos termos do art. 334 do novo CPC, encaminhando ao CEJUSC pelo sistema de marcação de audiências recém implantado, sem designação de data, de modo que esta unidade possa confeccionar os expedientes necessários, pois a referida unidade jurisdicional está organizando, em comum acordo, com a Seguradora Líder, a logística necessária e principalmente a periodicidade para que ambos os atos se realizem no mesmo dia, logo a referida audiência e seu principal escopo será atendido com mais eficácia em se realizando a perícia primeiro, ressaltando

ainda que o artigo 190 do CPC permite a ratificação do ato por negócio processual, inclusive pré-processual, sendo a medida ora determinada bem mais eficaz, constando em todos os termos a cláusula de aceitação pelas partes do negócio ora aventado de realização da perícia antes da audiência.

Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

MOSSORÓ/RN, 6 de março de 2017

Emanuel Telino Monteiro

Juiz de Direito Substituto

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

2ª Vara Cível da Comarca de Mossoró

Alameda das Carubeiras, 355, 3º Andar, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

Processo: 0802618-65.2017.8.20.5106

Ação: PROCEDIMENTO SUMÁRIO

AUTOR: MAURINA MARIA DE MENDONÇA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

INTIME-SE o(a) autor(a), através de seu (sua) patrono(a), para, no prazo de 15 (quinze) dias, colacionar aos autos cópia de seu último comprovante de rendimentos ou de sua última declaração fiscal, a fim de ser apreciado o pedido de gratuidade judiciária, sob pena de indeferimento do pleito, conforme autoriza o art. 99, §2º do CPC, ou não juntando, no mesmo prazo, providencie o adimplemento das custas processuais, sob pena de cancelamento na distribuição nos termos do art. 290, do CPC.

Havendo a juntada dos documentos acima solicitados, caso a renda do Demandante se enquadre nos requisitos legais da gratuidade judiciária – sendo o parâmetro o recebimento de renda mensal inferior a 03 salários mínimos - , fica desde já deferido o pedido de gratuidade, devendo a secretaria promover com os atos abaixo determinados.

Não obstante a previsão legal do art. 334 do novo CPC, que será observado em todos os seus termos, entendo prudente postergar a audiência de conciliação para momento posterior ao da perícia, uma vez que dificilmente ocorre acordo antes da sua realização, fazendo-se assim as adaptações no procedimento que conduzam à máxima efetividade dos atos processuais e a maior celeridade do processo a fim de que o direito material reconhecido seja protegido.

Desta forma, inclua-se o feito na pauta de audiência de conciliação, nos termos do art. 334 do novo CPC, encaminhando ao CEJUSC pelo sistema de marcação de audiências recém implantado, sem designação de data, de modo que esta unidade possa confeccionar os expedientes necessários, pois a referida unidade jurisdicional está organizando, em comum acordo, com a Seguradora Líder, a logística necessária e principalmente a periodicidade para que ambos os atos se realizem no mesmo dia, logo a referida audiência e seu principal escopo será atendido com mais eficácia em se realizando a perícia primeiro, ressaltando

ainda que o artigo 190 do CPC permite a ratificação do ato por negócio processual, inclusive pré-processual, sendo a medida ora determinada bem mais eficaz, constando em todos os termos a cláusula de aceitação pelas partes do negócio ora aventado de realização da perícia antes da audiência.

Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

MOSSORÓ/RN, 6 de março de 2017

Emanuel Telino Monteiro

Juiz de Direito Substituto

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)

**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) JUIZ(ÍZA) DE DIREITO DA SEGUNDA VARA CÍVEL
DA COMARCA DE MOSSORÓ/RN**

Processo nº: 0802618-65.2017.8.20.5106

MAURINA MARIA DE MENDONCA , devidamente qualificada no processo em epígrafe, por seu advogado ao final assinado, vem à digna presença de Vossa Excelência, nos autos do processo em epígrafe e em cumprimento ao despacho à fl. retro, expor e, ao final, requerer o que se segue.

Tendo em vista a determinação deste douto Juízo para que o autor comprovasse os seus rendimentos, a parte demandante **requer** a juntada de cópia de CTPS, demonstrando que não tem condições de arcar com as custas da presente demanda, momento em que reitera o pedido da assistência judiciária gratuita.

Nesses termos, pede deferimento.

Mossoró/RN, 21 de Março de 2017.

THALES JOSÉ RÊGO DOS SANTOS

OAB/RN nº 11.500

JERONIMO AZEVEDO B. NETO

OAB/RN nº 12.096

MARCELO VITOR JALES RODRIGUES

OAB/RN nº 9732



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

2ª Vara Cível da Comarca de Mossoró

Alameda das Carinaubeiras, 355, 3º Andar, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

Processo nº: 0802618-65.2017.8.20.5106

C E R T I D ã O

CERTIFICO, em razão de meu ofício, que a parte autora apresentou petição, porém não apresentou juntada de documentos mencionados na mesma. Razão pela qual faço os autos conclusos.

MOSSORÓ/RN, 26 de julho de 2017

LIVAN CARVALHO DOS SANTOS

Auxiliar Técnico

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

2ª Vara Cível da Comarca de Mossoró

Alameda das Carinaubeiras, 355, 3º Andar, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

Processo: 0802618-65.2017.8.20.5106

Ação: PROCEDIMENTO SUMÁRIO (22)

Autor: AUTOR: MAURINA MARIA DE MENDONCA

Réu: RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

Compulsando os presentes autos, verifica-se a juntada pela parte autora da petição de ID 9741585. Todavia, apesar de mencionado a cópia da CTPS em anexo, não consta nestes autos qualquer cópia referindo-se a este documento, para fins de deferimento da assistência judiciária gratuita.

Posto isso, a secretaria renove o despacho de ID 9525635.

P.I.

MOSSORÓ/RN, 2 de agosto de 2017

Emanuel Telino Monteiro

Juiz de Direito Substituto

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

2ª Vara Cível da Comarca de Mossoró

Alameda das Carubeiras, 355, 3º Andar, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

Processo: 0802618-65.2017.8.20.5106

Ação: PROCEDIMENTO SUMÁRIO

AUTOR: MAURINA MARIA DE MENDONÇA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

INTIME-SE o(a) autor(a), através de seu (sua) patrono(a), para, no prazo de 15 (quinze) dias, colacionar aos autos cópia de seu último comprovante de rendimentos ou de sua última declaração fiscal, a fim de ser apreciado o pedido de gratuidade judiciária, sob pena de indeferimento do pleito, conforme autoriza o art. 99, §2º do CPC, ou não juntando, no mesmo prazo, providencie o adimplemento das custas processuais, sob pena de cancelamento na distribuição nos termos do art. 290, do CPC.

Havendo a juntada dos documentos acima solicitados, caso a renda do Demandante se enquadre nos requisitos legais da gratuidade judiciária – sendo o parâmetro o recebimento de renda mensal inferior a 03 salários mínimos -, fica desde já deferido o pedido de gratuidade, devendo a secretaria promover com os atos abaixo determinados.

Não obstante a previsão legal do art. 334 do novo CPC, que será observado em todos os seus termos, entendo prudente postergar a audiência de conciliação para momento posterior ao da perícia, uma vez que dificilmente ocorre acordo antes da sua realização, fazendo-se assim as adaptações no procedimento que conduzam à máxima efetividade dos atos processuais e a maior celeridade do processo a fim de que o direito material reconhecido seja protegido.

Desta forma, inclua-se o feito na pauta de audiência de conciliação, nos termos do art. 334 do novo CPC, encaminhando ao CEJUSC pelo sistema de marcação de audiências recém implantado, sem designação de data, de modo que esta unidade possa confeccionar os expedientes necessários, pois a referida unidade jurisdicional está organizando, em comum acordo, com a Seguradora Líder, a logística necessária e principalmente a periodicidade para que ambos os atos se realizem no mesmo dia, logo a referida audiência e seu principal escopo será atendido com mais eficácia em se realizando a perícia primeiro, ressaltando

ainda que o artigo 190 do CPC permite a ratificação do ato por negócio processual, inclusive pré-processual, sendo a medida ora determinada bem mais eficaz, constando em todos os termos a cláusula de aceitação pelas partes do negócio ora aventado de realização da perícia antes da audiência.

Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

MOSSORÓ/RN, 6 de março de 2017

Emanuel Telino Monteiro

Juiz de Direito Substituto

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

6ª Vara Cível da Comarca de Mossoró

Alameda das Carinaubeiras, 355, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

Processo: 0802618-65.2017.8.20.5106

Ação: PROCEDIMENTO SUMÁRIO (22)

Autor: AUTOR: MAURINA MARIA DE MENDONÇA

Réu: RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

Vistos em correição.

À Secretaria, para verificar se houve a devida intimação do Despacho proferido em ID. 11780573.

MOSSORÓ/RN, 26 de fevereiro de 2018

DANIELA ROSADO DO AMARAL DUARTE

Juiza de Direito



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

2ª Vara Cível da Comarca de Mossoró

Alameda das Carubeiras, 355, 3º Andar, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

Processo: 0802618-65.2017.8.20.5106

Ação: PROCEDIMENTO SUMÁRIO

AUTOR: MAURINA MARIA DE MENDONÇA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

INTIME-SE o(a) autor(a), através de seu (sua) patrono(a), para, no prazo de 15 (quinze) dias, colacionar aos autos cópia de seu último comprovante de rendimentos ou de sua última declaração fiscal, a fim de ser apreciado o pedido de gratuidade judiciária, sob pena de indeferimento do pleito, conforme autoriza o art. 99, §2º do CPC, ou não juntando, no mesmo prazo, providencie o adimplemento das custas processuais, sob pena de cancelamento na distribuição nos termos do art. 290, do CPC.

Havendo a juntada dos documentos acima solicitados, caso a renda do Demandante se enquadre nos requisitos legais da gratuidade judiciária – sendo o parâmetro o recebimento de renda mensal inferior a 03 salários mínimos - , fica desde já deferido o pedido de gratuidade, devendo a secretaria promover com os atos abaixo determinados.

Não obstante a previsão legal do art. 334 do novo CPC, que será observado em todos os seus termos, entendo prudente postergar a audiência de conciliação para momento posterior ao da perícia, uma vez que dificilmente ocorre acordo antes da sua realização, fazendo-se assim as adaptações no procedimento que conduzam à máxima efetividade dos atos processuais e a maior celeridade do processo a fim de que o direito material reconhecido seja protegido.

Desta forma, inclua-se o feito na pauta de audiência de conciliação, nos termos do art. 334 do novo CPC, encaminhando ao CEJUSC pelo sistema de marcação de audiências recém implantado, sem designação de data, de modo que esta unidade possa confeccionar os expedientes necessários, pois a referida unidade jurisdicional está organizando, em comum acordo, com a Seguradora Líder, a logística necessária e principalmente a periodicidade para que ambos os atos se realizem no mesmo dia, logo a referida audiência e seu principal escopo será atendido com mais eficácia em se realizando a perícia primeiro, ressaltando

ainda que o artigo 190 do CPC permite a ratificação do ato por negócio processual, inclusive pré-processual, sendo a medida ora determinada bem mais eficaz, constando em todos os termos a cláusula de aceitação pelas partes do negócio ora aventado de realização da perícia antes da audiência.

Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

MOSSORÓ/RN, 6 de março de 2017

Emanuel Telino Monteiro

Juiz de Direito Substituto

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

2ª Vara Cível da Comarca de Mossoró

Alameda das Carubeiras, 355, 3º Andar, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

Processo: 0802618-65.2017.8.20.5106

Ação: PROCEDIMENTO SUMÁRIO

AUTOR: MAURINA MARIA DE MENDONÇA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

INTIME-SE o(a) autor(a), através de seu (sua) patrono(a), para, no prazo de 15 (quinze) dias, colacionar aos autos cópia de seu último comprovante de rendimentos ou de sua última declaração fiscal, a fim de ser apreciado o pedido de gratuidade judiciária, sob pena de indeferimento do pleito, conforme autoriza o art. 99, §2º do CPC, ou não juntando, no mesmo prazo, providencie o adimplemento das custas processuais, sob pena de cancelamento na distribuição nos termos do art. 290, do CPC.

Havendo a juntada dos documentos acima solicitados, caso a renda do Demandante se enquadre nos requisitos legais da gratuidade judiciária – sendo o parâmetro o recebimento de renda mensal inferior a 03 salários mínimos -, fica desde já deferido o pedido de gratuidade, devendo a secretaria promover com os atos abaixo determinados.

Não obstante a previsão legal do art. 334 do novo CPC, que será observado em todos os seus termos, entendo prudente postergar a audiência de conciliação para momento posterior ao da perícia, uma vez que dificilmente ocorre acordo antes da sua realização, fazendo-se assim as adaptações no procedimento que conduzam à máxima efetividade dos atos processuais e a maior celeridade do processo a fim de que o direito material reconhecido seja protegido.

Desta forma, inclua-se o feito na pauta de audiência de conciliação, nos termos do art. 334 do novo CPC, encaminhando ao CEJUSC pelo sistema de marcação de audiências recém implantado, sem designação de data, de modo que esta unidade possa confeccionar os expedientes necessários, pois a referida unidade jurisdicional está organizando, em comum acordo, com a Seguradora Líder, a logística necessária e principalmente a periodicidade para que ambos os atos se realizem no mesmo dia, logo a referida audiência e seu principal escopo será atendido com mais eficácia em se realizando a perícia primeiro, ressaltando

ainda que o artigo 190 do CPC permite a ratificação do ato por negócio processual, inclusive pré-processual, sendo a medida ora determinada bem mais eficaz, constando em todos os termos a cláusula de aceitação pelas partes do negócio ora aventado de realização da perícia antes da audiência.

Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

MOSSORÓ/RN, 6 de março de 2017

Emanuel Telino Monteiro

Juiz de Direito Substituto

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)

**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) JUIZ(ÍZA) DE DIREITO DA SEXTA VARA CÍVEL DA
COMARCA DE MOSSORÓ/RN**

Processo nº: 0802618-65.2017.8.20.5106

MAURINA MARIA DE MENDONCA , devidamente qualificada no processo em epígrafe, por seu advogado ao final assinado, vem à digna presença de Vossa Excelência, nos autos do processo em epígrafe e em cumprimento ao despacho à fl. retro, expor e, ao final, requerer o que se segue.

Tendo em vista a determinação deste douto Juízo para que o autor comprovasse os seus rendimentos, a parte demandante **requer** a juntada de cópia de CTPS, demonstrando que não tem condições de arcar com as custas da presente demanda, momento em que reitera o pedido da assistência judiciária gratuita.

Nesses termos, pede deferimento.

Mossoró/RN, 27 de Março de 2018.

THALES JOSÉ RÊGO DOS SANTOS

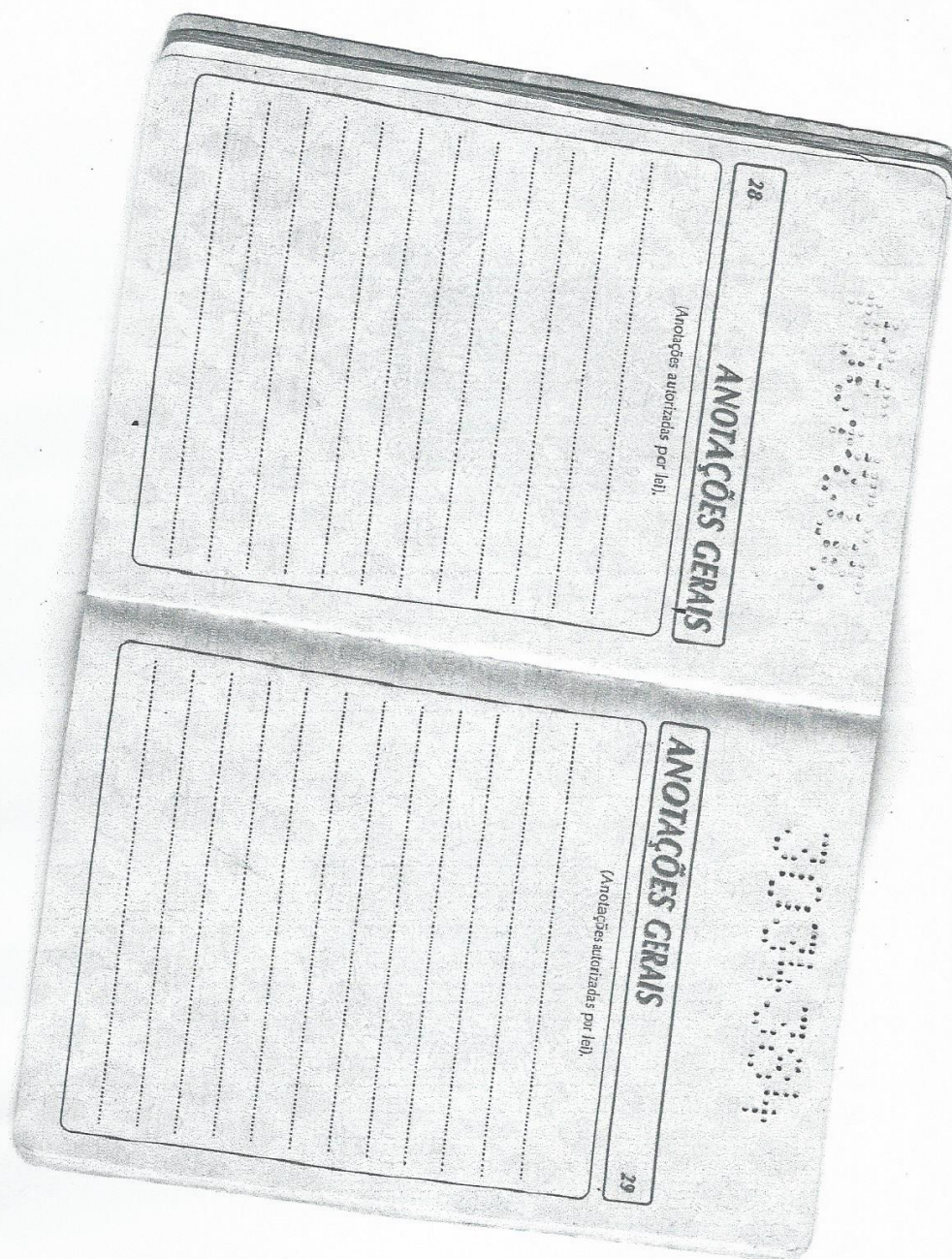
OAB/RN nº 11.500

JERONIMO AZEVEDO B. NETO

OAB/RN nº 12.096

MARCELO VITOR JALES RODRIGUES

OAB/RN nº 9732



NOME: MAURINA MARIA DE MENDONÇA		18/06/1957 NASCIMENTO	
LOC. DE NASC.: AÇU - RN		BRASILEIRO	
FILIAÇÃO: JOAQUIM FELIPE DE MENDONÇA MARIA RITA DE MENDONÇA			
DOC. APRESENTADO: R.G. 678551 SSP RN		QUALIFICAÇÃO CIVIL	
ESTADO CIVIL: SOLTEIRO			
LEI Nº 9.049, DE 18 DE MAIO DE 1995			
RG: 678551			
T. ELEITOR: 643246186	SEÇÃO: 170	CPF: 358.271.574-49	ZONA: 034
LOCAL DA EMISSÃO: SDT MOSSORÓ			
EMIÇÃO: 26/06/2003			
		Assinatura do Emissor	

ALTERAÇÃO DE IDENTIDADE 03	
FILIAÇÃO	
DATA DE NASC. DE	PARA
DOCUMENTO	
ASSINATURA E CARIMBO DO SERVIDOR	MOTIVO
NOME	
DOCUMENTO	
ASSINATURA E CARIMBO DO SERVIDOR	MOTIVO
NOME	
DOCUMENTO	
ASSINATURA E CARIMBO DO SERVIDOR	MOTIVO
NOME	
DOCUMENTO	
ASSINATURA E CARIMBO DO SERVIDOR	MOTIVO
LEGENDA	
A - CASAMENTO	C - DIVÓRCIO
B - SUPLENTE	D - ADOÇÃO
E - RECONHECIMENTO DE INTERESSE	F - MATRIMÔNIO VOLUNTÁRIO
G - DATA DE NASCIMENTO	

TRABALHADOR

Esta é a sua Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, documento obrigatório para o exercício de qualquer emprego ou atividade profissional.

Nela deverão ser registrados todos os dados para o reconhecimento dos seus direitos básicos: a Justiça do Trabalho, bem como para a obtenção do Aposentadoria e demais benefícios previdenciários, garantindo, ainda, sua habilitação ao seguro desemprego e ao Fundo de Garantia do tempo de serviço - FGTS.

O conjunto de anotações contido neste documento e o seu estado de conservação, espelham a conduta, a qualificação e as atividades profissionais do seu portador.

Pela sua importância, é seu dever protegê-la e cuidar dela, pois além de conter o registro de sua vida profissional e a garantia da preservação e validade de seus direitos como trabalhador e cidadão, contribui para assegurar o seu futuro e o de seus dependentes, tendo validade, também, como documento de identificação.

CONFECCIONADA COM RECURSOS DO
FAT - FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR.
ESTA CARTEIRA CONTÉM 50 PÁGINAS NUMERADAS



ASSINATURA DO TITULAR

Marcelino Marcos de Mendonça

RENTE A DIREITO

MINISTÉRIO DO TRABALHO
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE EMPREGO E SALÁRIO
CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

NÚMERO
128.60982.64-9

3034384

001-0

RN



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
6ª Vara Cível da Comarca de Mossoró
Alameda das Carinaubeiras, 355, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

PROCESSO: 0802618-65.2017.8.20.5106

AUTOR: MAURINA MARIA DE MENDONÇA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

Defiro a gratuidade judiciária em face da declaração, dos documentos comprobatórios juntados e da presunção legal de hipossuficiência.

Intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar/complementar a inicial, indicando:

Boletim de ocorrência **legível**.

Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

Mossoró, RN, 20 de junho de 2018

DANIELA ROSADO DO AMARAL DUARTE

Juíza de Direito



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
6ª Vara Cível da Comarca de Mossoró
Alameda das Carinaubeiras, 355, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

PROCESSO: 0802618-65.2017.8.20.5106

AUTOR: MAURINA MARIA DE MENDONÇA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

Defiro a gratuidade judiciária em face da declaração, dos documentos comprobatórios juntados e da presunção legal de hipossuficiência.

Intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar/complementar a inicial, indicando:

Boletim de ocorrência **legível**.

Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

Mossoró, RN, 20 de junho de 2018

DANIELA ROSADO DO AMARAL DUARTE

Juíza de Direito



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Secretaria Unificada Cível da Comarca de Mossoró

Alameda das Carinaubeiras, 355, 4º andar, Presidente Costa e Silva

Mossoró-RN CEP 59625-410

Processo nº: 0802618-65.2017.8.20.5106

Ação: PROCEDIMENTO SUMÁRIO (22)

Parte Autora: MAURINA MARIA DE MENDONCA

Parte Ré: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CERTIDÃO

Certifico que decorreu o prazo, sem manifestação da parte autora.

Mossoró/RN, 31 de outubro de 2018

JOAO BATISTA DE AQUINO JUNIOR

Chefe de Secretaria

CONCLUSÃO

NESTA DATA, faço conclusão destes autos.

Mossoró/RN, 31 de outubro de 2018

JOAO BATISTA DE AQUINO JUNIOR

Chefe de Secretaria



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
6ª Vara Cível da Comarca de Mossoró
Alameda das Carinaubeiras, 355, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

[Acidente de Trânsito]

PROCESSO Nº 0802618-65.2017.8.20.5106

DESPACHO

Vistos etc.

À luz do princípio da celeridade e economia processual, incumbindo-nos adotar providências para que o processo tramite com mais agilidade, evitando-se a realização de atos processuais inúteis e improdutivos, bem ainda consoante o que preconiza o Enunciado nº 35 da ENFAM, “além das situações em que a flexibilização do procedimento é autorizada pelo art. 139,VI do CPC/2015, pode o juiz, de ofício, preservada a previsibilidade do rito, adaptá-lo às especificidades da causa, observadas as garantias fundamentais do processo”, determino a citação da parte ré, com as advertências legais, de todos os termos da inicial e documentos que ora a acompanham, a fim de que, no prazo de 15(quinze) dias, querendo, apresente resposta, por meio de advogado, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos aduzidos na inicial, devendo, acaso pretenda a realização de perícia técnica, apresentar quesitos, bem ainda indicar o assistente.

Apresentada tempestivamente contestação, intime-se a parte autora para, com relação a esta e no prazo de 15 dias, sob pena de preclusão, dizer sobre as preliminares/documentos que eventualmente tenham sido levantadas/juntados à resposta, bem ainda, acaso requerida a realização de perícia, apresentar, caso ainda não o tenha feito, quesitos e assistente técnico.

Requerida a realização de perícia na contestação, dou por deferida(CPC, art. 381,II) a produção da referida prova, devendo os presentes autos serem encaminhados ao CEJUSC, através do fluxo “PJE CEJUSC DPVAT”, para os colimados fins.

Perfectibilizada a perícia, apresentado, na ocasião, o laudo pelo perito, devem ser, de pronto, intimadas as partes para, no prazo sucessivo de 30(trinta) dias, manifestarem-se sobre o laudo, sob pena de preclusão, bem ainda, querendo, apresentarem acordo a ser homologado por este juízo ou manifestarem, expressamente, desinteresse na conciliação.

Manifestando as partes interesse na autocomposição, designe-se audiência de conciliação.

Ao revés, manifestando quaisquer das partes expressamente desinteresse em conciliar devem os presentes serem remetidos à unidade jurisdicional de origem.

Havendo interesse de pessoa incapaz(CPC, art. 178, II), dê-se vista ao Representante do Ministério Público, pelo prazo de 05(cinco) dias.

Adotadas as supraexpostas providências, voltem-nos conclusos.

P. I. Cumpra-se.

Mossoró/RN, 31 de outubro de 2018.

DANIELA ROSADO DO AMARAL DUARTE

Juíza de Direito